

Perguntas frequentes

Greve dos
servidores do
Instituto Federal
do Amapá



**INSTITUTO
FEDERAL**
Amapá

1

O (a) servidor(a) público(a) tem direito de greve?

A greve de servidor (a) público (a) é legal,

de acordo com a Constituição Federal (artigos 9º e 37, inciso VII) e a Lei nº 7.783/89, observadas as adaptações promovidas pelo Supremo Tribunal Federal, através do julgamento dos Mandados de Injunção 670/ES, 708/DF e 712/PA.

Professor(a) substituto (a) pode aderir à greve?

SIM

Professor substituto, assim como qualquer servidor, pode aderir à greve (Constituição Federal, artigos 9º e 37, inciso VII, e Lei nº 7.783/89, observadas as adaptações promovidas pelo STF). Ademais, durante o período de greve, a simples adesão do servidor à greve não pode ser motivo para a rescisão. No entanto, é importante considerar que, caso o tempo restante do contrato do servidor não permita a compensação da integralidade das atividades não realizadas em virtude da greve, será necessário realizar o desconto das horas não compensadas, da mesma forma que ocorreria com um servidor que não compensasse as horas não trabalhadas durante o período de greve (ver item 12).

3

O (a) servidor(a) em Plano de Gestão de Desempenho (PGD) pode aderir à greve?

SIM

O servidor em Plano de Gestão de Desempenho pode aderir à greve. A IN nº 49/2023 trouxe detalhamento sobre a greve de servidores em PGD. Assim, devido à diversidade de metodologias adotadas para o PGD, entende-se que o (a) servidor (a) deverá registrar em seus planos de atividades a "ocorrência de greve", para o caso de compensação futura.

4

O (a) servidor (a) ocupante de cargos e funções pode aderir à greve?

SIM

Não existe vedação à participação de servidor (a) ocupante de cargos e funções em movimentos grevistas. Além disso, a participação do servidor nos movimentos não pode ser caracterizada como motivação para a eventual dispensa/exoneração do cargo. Entretanto, entende-se que casos desta natureza precisam ser negociados individualmente com a chefia imediata e eventualmente com a entidade sindical, especialmente devido à possibilidade de que servidor de cargos e funções desenvolva atividades essenciais (ver item 16).

O (a) servidor (a) em estágio probatório pode aderir à greve?

SIM

Ainda que não efetivado no serviço público, o (a) servidor (a) em estágio probatório tem assegurado todos direitos previstos aos demais servidores (as). Não há, assim, qualquer restrição ao exercício do seu direito constitucional à greve.

6

O (a) gestor (a) de unidade (Reitoria e campi) pode aderir à greve?

SIM

Mas teria que renunciar ao cargo comissionado, pois a manutenção dos atendimentos essenciais da instituição, como pagamentos e serviços essenciais, deve ser garantida. Além disso, é necessário que a negociação com o comando de greve seja assegurada, sendo conduzida pelo dirigente máximo da instituição e seus representantes.

7

A Direção do campus organiza ou pode parar a greve?

NÃO

A responsabilidade pela organização, reuniões, assembleias e demais decisões relativas à greve é do Comando de Greve. Ademais, salienta-se que a organização da greve cabe aos servidores com orientação do sindicato de cada categoria.

8

O (a) servidor (a) que aderir à greve deve comunicar à sua chefia imediata?

SIM

Essa comunicação é necessária justamente para que a instituição mantenha os direitos dos servidores que estão em greve. Portanto, o servidor deve comunicar formalmente à chefia imediata que irá aderir à greve, através de e-mail.

A comunicação sobre adesão ou saída da greve pode ser feita a qualquer tempo da greve?

SIM

A qualquer momento durante a greve, o (a) servidor (a) pode comunicar formalmente à chefia imediata se aderiu ou se não mais tem intenção de permanecer em greve, sempre através de e-mail, valendo como referência a data da comunicação.

10

Sou servidor (a) e não quero participar do movimento grevista, meu direito será respeitado?

SIM

O direito de todo (a) servidor (a) será respeitado e a continuidade do trabalho deve ser feita mediante acordo com a chefia imediata.

11

Como deve ser o registro de ponto dos servidores em greve?

No que se refere ao controle de frequência, deverá haver registro da frequência diária como "greve", no Suap, referente aos dias/horas em paralisação.

Recomenda-se, ainda, que realizem o registro de sua assinatura física no controle de presença em todas os dias das atividades do movimento de greve, lista esta que estará sob o controle do Comando de Greve local da Seção Sindical local.

Haverá descontos nos vencimentos referentes ao período de greve?

DEPENDEN

12

A tese fixada pelo STF, no RE nº 669.367/RJ, bem como a IN 54/2021 e suas alterações, afirma que

a administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos.

Isso se deve à suspensão do vínculo funcional que ocorre durante a greve, o que justifica o desconto da remuneração correspondente aos dias não trabalhados. Contudo, dispõe, ainda, que caso haja entendimento do Poder Judiciário de que houve situação de abusividade da Administração Pública Federal, não deverão ser efetuados descontos.

Outra possibilidade está firmada no Parecer nº 004/2016/CGU/AGU, que conclusivamente afirma que

Administração Pública Federal possui a faculdade de firmar acordo para, em vez de realizar o desconto, permitir a compensação das horas não trabalhadas pelos servidores.

Devendo haver o desconto na hipótese de descumprimento pelo servidor ao pactuado no Termo de Acordo, mantendo-se os registros de falta das horas não compensadas no assentamento funcional (§ 2º do art. 7º, da IN 49/2023/SRT/MGI).

13

O que é o Termo de Acordo?

O Termo de Acordo Extrajudicial é o documento jurídico que formaliza um acordo extrajudicial, submetido e aprovado pelas partes envolvidas.

A IN 49/2023/SRT/MGI determinou que o Termo de Acordo, com efetivação após o final da greve, deverá estabelecer, dentre outras coisas, a forma de compensação das horas não trabalhadas, nos casos em que não ocorrerem os descontos.

Importante destacar que o Termo de Acordo firmado entre as partes (ou seja, entre a instituição e o comando de greve), após procedimentos administrativos, deve ser

submetido à análise e considerações prévias do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) para a devida efetivação (§ 2º art. 4º, da IN 49/2023).

A paralisação dos serviços pode ser total durante a greve?

NÃO

O princípio da continuidade dos serviços públicos não pode ser infringido mesmo durante a greve, de acordo com o Supremo Tribunal Federal (ADIN 4.857/DF). Por esse motivo, a paralisação dos serviços, quaisquer que sejam, pode ser apenas parcial.

A regularidade na prestação de serviços deve ser mantida, sob pena de que se configure o abuso de direito, atentando-se especialmente para o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade (ver item 16).

O art. 14, da Lei nº 7.783/1989, com a redação que lhe foi dada pelo Supremo Tribunal Federal para aplicação aos servidores públicos – enquanto não houver lei regulamentadora do direito de greve –, dispõe que

constitui abuso do direito de greve a inobservância das normas contidas na presente Lei, em especial o comprometimento da regular continuidade na prestação do serviço público, bem como a manutenção da paralisação após a celebração de acordo, convenção ou decisão da Justiça do Trabalho.



Como se dará o funcionamento das atividades consideradas essenciais?

O Poder Judiciário tem decidido, reiteradas vezes, que o quantitativo mínimo para manutenção da legalidade do movimento grevista é 30% (trinta por cento) de servidores no exercício das atividades, estabelecendo-se, para tanto, se necessário, sistema de rodízio entre os grevistas.

Caberá a cada gestor máximo da Unidade Gestora, junto ao Comando de Greve, decidir sobre o modo de continuação das atividades, respeitando a listagem de atividades consideradas essenciais.

É imperioso que a Unidade Gestora formalize que a rotina está alterada em função da greve.

Veja o que diz a Nota Técnica que dispõe sobre orientações gerais da Assessoria Jurídica da Seção Sindical de Mato Grosso – Sinasefe/MT (07/04/2024):

Entende-se como serviço essencial (inadiável) toda aquela atividade que no caso de sua suspensão gere perigo iminente a sobrevivência, saúde ou a segurança da população ou ser vivo, ou outro que vá causar prejuízo irreparável a instituição ou servidores.

As necessidades inadiáveis devem ser reconhecidas e preservadas em cada serviço essencial, levando em conta que deve ser mantido para evitar prejuízos irreparáveis ou perigo iminente, porém, com a devida proporcionalidade de maneira a garantir o direito de greve.

É preciso assegurar os percentuais mínimos de servidores ativos, a manutenção dos serviços essenciais e o atendimento das necessidades inadiáveis.



Quais são as atividades essenciais no IFAP, acordadas com o comando de greve?

Conforme proposta aprovada em reunião ocorrida em 08/04/2024, com participação do Colégio de Dirigentes do Ifap e representantes do Sinasefe e do Movimento TAE na Luta, foram acordadas como atividades essenciais:



SEGURANÇA

1 | Proteção dos membros da comunidade educacional e do patrimônio.



SERVIÇOS DE SAÚDE

2 | Assistência médica e ambulatorial.

3 | Perícias e homologações de atestados médicos.



ALIMENTAÇÃO

4 | Fornecimento de alimentação aos alunos do ensino integral.



INFRAESTRUTURA BÁSICA

5 | Manutenção de serviços de energia elétrica, água, sistemas refrigeração e redes de comunicação.

6 | Atividade de infraestrutura e obras em andamento de contratos já firmados ou novos vinculados às atividades essenciais.



ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

7 | Pagamento de auxílios estudantis de processos/editais abertos antes desta data, que estejam em andamento ou concluídos.

8 | Pagamento de bolsas para processos com recursos previstos diferentes do orçamento da instituição, exceto aqueles relativos a atividades já realizadas ou novas, desde que estas sejam aprovadas pelo comando da greve em consenso com o Comitê Institucional do CODIR.

9 | Pagamento de salários de servidores ativos, aposentados e pensionistas.

10 | Pagamentos cujos descumprimentos possam gerar multas e/ou perdas orçamentárias.



SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS CRÍTICOS

- 11** | Demandas judiciais, auditorias em ações que estão em andamento e demandas de órgãos de controle externo e/ou controle interno no Executivo.
- 12** | Gestão e fiscalização de contratos já firmados ou novos vinculados às atividades essenciais.
- 13** | Licitações e contratos em andamento ou novos vinculados às atividades essenciais.
- 14** | Diárias e passagens em andamento, bem como aquelas relacionadas aos afastamentos dos gestores máximos do Ifap (campi e Reitoria), nos quais a ausência justificada possa acarretar prejuízos institucionais.
- 15** | Recebimento de materiais de fornecedores (almoxarifado).
- 16** | Processamento de dados ligados a serviços essenciais, incluindo manutenção e segurança da informação.
- 17** | Concursos e processos seletivos em andamento.
- 18** | Emissão de Nada Consta, caso haja justificativa de urgência.
- 19** | Emissão de diplomas, caso haja justificativa de urgência.
- 20** | Colação de grau antecipada, caso haja justificativa de urgência.
- 21** | Gestão do calendário acadêmico no âmbito do Ifap.
- 22** | Atividades do Colégio de Dirigentes e Conselho Superior do Ifap.
- 23** | Atividades do Comitê Institucional do Colégio de Dirigentes do Ifap, para dialogar com o movimento grevista.
- 24** | Processos de implantação do novo campus.
- 25** | Processos de credenciamento e credenciamento do Ifap, avaliações e reconhecimento de curso.
- 26** | Acordos de cooperação, convênios e estágios iniciados.
- 27** | Atividades de manutenção dos laboratórios que envolvam animais, viveiros florestais e insumos perecíveis.
- 28** | SIC (Serviço de Informações ao Cidadão).
- 29** | Protocolos no âmbito do Ifap.



MANUTENÇÕES E INSTALAÇÕES

- 30** | Manutenção e higienização das instalações.



COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

31 | Atividades de jornalismo/comunicação ligadas aos serviços essenciais.

32 | Organização e apoio a eventos programados antes da greve.

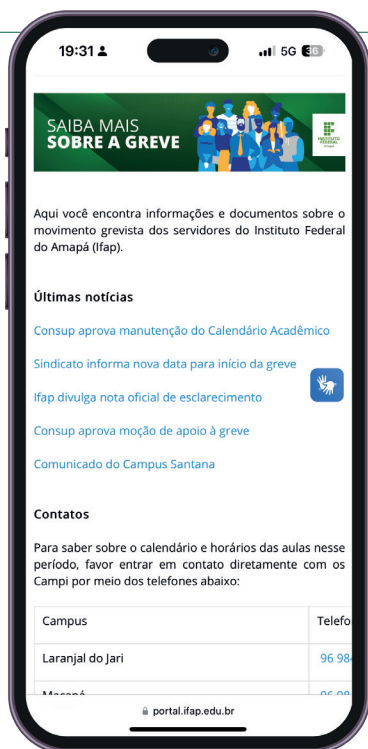


As férias de julho e dezembro vão ocorrer normalmente? Haverá aula todo sábado?

Ainda não há condições para responder tais perguntas no momento, uma vez que a eventual reposição de qualquer tipo de atividade será objeto de discussões que ainda não ocorreram.

O termo de acordo, em que o calendário pós-greve estará incluído, será formalizado após a greve e terá que ser homologado pelo Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC).

Onde posso obter mais informações sobre a greve?



No portal **www.ifap.edu.br**, na página do Sinasefe **www.sinasefe.org.br/site/** e nas referências contidas no item **SAIBA MAIS.**



SAIBA MAIS

1 | Jurisprudências relevantes

- Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5): Agravo de Instrumento nº 5000125-92.2018.4.05.0000
- Parecer Vinculante nº 004/2016/CGU/AGU.

2 | Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 54, de 20 de maio de 2021 e suas alterações (Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 113, de 14 de dezembro de 2021, e Instrução Normativa SRT/MGI nº 49, de 20 de dezembro de 2023).

3 | BRASIL. Lei n. 7.783, de 28 de junho de 1989. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais [...]. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 127, n. 122, p. 10561-10562, 29 jun. 1989.

4 | Ofício nº 004/2024/Forgep/Conif, de 10 de Abril de 2024, Intitulado "Análise do Forgep ao Conif sobre a realização de greve na Rede Federal".

5 | Cartilha "Recomposição, Reestruturação e Revogação: nossa greve é pela Educação! - Respondendo Dúvidas sobre a Greve do Sinasefe". 2024.

Documento elaborado pelo Comitê Institucional do Colégio de Dirigentes do Ifap (Portaria nº 714/2024 GAB/RE/Ifap) em comum acordo com o Comando de Greve (Sinasefe Seção Ifap e movimento TAEs em Luta), em reunião do dia 22 de abril de 2024.

Perguntas frequentes

Greve dos
servidores do
Instituto Federal
do Amapá

**ESTE É UM PRODUTO DA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO (DICOM)
DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ**

Organização e redação final: Suely Leitão (Jornalista)

Revisão textual: Cláudia Brito (Revisora)

Projeto Gráfico e diagramação: André Martins (Programador Visual)

Diretor de Comunicação: Gil Constâncio Rodrigues Filho



**INSTITUTO
FEDERAL**
Amapá